

NOTICIÁRIO

1.ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS ECONOMISTAS

Numa organização da Associação Portuguesa de Economistas (APEC), realizou-se em Lisboa, de 27 a 29 de Outubro de 1982, a 1.ª Conferência Nacional dos Economistas. *Estratégias de Desenvolvimento para Portugal* foi o tema (bem) escolhido e cuja importância como *horizonte* comum para o trabalho dos economistas, apesar da diversidade de actividades e de enquadramentos institucionais em que este é exercido, merece ser sublinhada.

Em duas das sessões gerais foram postas *Estratégias de Desenvolvimento em Confronto* e discutida a relação (antagónica?) entre *Políticas de Estabilização e Desenvolvimento*. Em sessões especializadas foram debatidos temas como desenvolvimento agrícola, desenvolvimento industrial, investimento estrangeiro, política energética, desenvolvimento regional.

A primeira sessão geral deu o tom à Conferência na medida em que sugeriu o debate sobre o conteúdo do desenvolvimento e das suas condicionantes e resistências (Augusto Mateus) e evidenciou que mais importante que a manipulação de variáveis económicas é definir situações capazes de se orientarem para a obtenção de uma dinâmica *interna* (que privilegie as *articulações* sectoriais e regionais em vez de formas *etapistas*), para a valorização do espaço nacional e dos seus recursos, para uma repartição e participação internamente determinadas. Quando os mecanismos de regulação que estagnaram a economia portuguesa ou lhe proporcionaram algum crescimento estão esgotados, o contributo dos economistas (ou de alguns deles) aqui apresentado não é facto desprezível, embora esta conferência tenha sido «sobrevoada» por uma aparente contradição. É que, neste diálogo, a *outra parte*, a que optou pelo FMI em vez do «Plano Manuela Silva» ou por um crescimento *export-oriented* em vez de *basic-needs oriented* (como assinalou Willy Van Ryjcke-

ghem), ou a que perfilha a filosofia liberal em vez da planejada (analisadas por João Ferreira do Amaral), essa *outra parte* não parecia estar entre os economistas, mas só na voz do governo, que fez soar na Conferência o tema «Portugal — pequena economia aberta» e as opções pelas vantagens comparativas com vista ao crescimento mais rápido do chamado sector exportador (discurso do primeiro-ministro).

Mas talvez tenha sido melhor assim, porque não deixaram de ser notados os economistas e os centros de estudo e investigação preocupados com perspectivas sobre a economia portuguesa que evidenciam novas preocupações teóricas e um outro caminho para a política económica e o desenvolvimento.

Um aspecto mais particular, mas ainda assim relacionado com o debate central, foi o que dominou o segundo painel, em que Daniel Bessa mostrou como o sentido da política de estabilização encetada em Portugal pós-FMI é diferente do sentido originário destas políticas (acção do Estado para o bem-estar, a igualdade e a garantia do direito ao trabalho) porque se centra numa «componente brutalmente restritiva, a salarial». O impasse que resulta do antagonismo entre estabilização e desenvolvimento (ideia ainda de D. Bessa) vai de par com outro impasse assinalado por Pereira de Moura — o do esgotamento (parcial) dos paradigmas teóricos existentes.

Das sessões especializadas, algumas foram dominadas por temas de flagrante actualidade (caso da questão da regionalização e do desenvolvimento regional ou da problemática energética) ou pela apresentação de resultados de investigação que significam propostas novas para a especialização da economia portuguesa (por exemplo as comunicações do grupo do IACEP/GEBEI, Félix Ribeiro, Gomes Fernandes, Ferro Rodrigues, que já foram geradoras de debates posteriores à Conferência) ou por reflexões teórico-metodológicas aplicadas a Portugal (caso da comunicação de Roque Amaro sobre o conceito de sistema produtivo).

Numerosas outras comunicações, sobre a questão agrícola, sobre ramos do sector industrial (construção naval, sector têxtil), sobre as implicações da adesão à CEE ou sobre o relacionamento externo, atestam o amplo leque de temas analisados.

A urgência de transformação da sociedade portuguesa exige que o trabalho dos economistas se comprometa com uma real opção pela análise do *concreto* das relações económicas e sociais. A isso é, por certo, indispensável uma aposta

em perspectivas globais que não ignorem as especificidades da nossa formação social. A importância desta Conferência deve desde já assinalar-se, sendo certo que ela será tanto maior quanto os seus resultados venham a contribuir para o aprofundamento destes objectivos.

José Reis

IV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ESTUDOS ANGLO-AMERICANOS

No passado mês de Fevereiro, de 4 a 6, a Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos realizou em Coimbra o seu quarto Encontro, que esteve subordinado ao tema «Literatura e Cultura de Massas». Ano após ano, a APEAA tem crescido e alargado o seu escopo e a sua esfera de actividades, vindo a manifestar uma crescente capacidade de estímulo para o contacto e troca de pontos de vista entre quantos, a todos os níveis, se ocupam e preocupam com o estudo, a divulgação e o ensino das culturas anglófonas em Portugal. Daí que este Encontro tenha sido o mais participado, enriquecido com a presença de novos membros professores do ensino secundário e de representantes do Ministério da Educação e Universidades. Isso implicou que as actividades do congresso se estendessem da comunicação científica de interesse «interno» até manifestações duma tomada de consciência profissional que diria talvez para-sindical; aí se inseriu o demorado, interessante e participado debate sobre «Problemas na Estrutura do Ensino e da Investigação em Estudos Anglo-Americanos», promovido pelos participantes por Coimbra, no qual se falou de questões como a da coarticulação entre o ensino secundário e o superior, tanto no aspecto curricular como no profissional, ou a da discriminação salarial, mas não só, para com os docentes não nacionais.

Sem que possam atribuir-se responsabilidades à organização ou a outros participantes, o facto é que muito do programa inicial foi alterado à última hora, por acasos imponderáveis ou imprevisíveis: houve substituição de comunicações, atrasos e adiamentos, tendo mesmo sido cancelada a palestra que deveria encerrar os trabalhos, a esperada comunicação do Professor Fernando Mello Moser sobre «Teatro Medieval e Cultura de Massas», o que originou uma verdadeira deserção na tarde do último dia.

As comunicações propriamente ditas foram desde a introdução-equacionamento dos problemas a debater (João Paulo Moreira, «Problemas da Cultura de Massas») até à abordagem dum autor e sua circunstância (Maria Leonor Telles e Maria Helena Serôdio Pereira, «James Connolly e a Cultura de Massas: Realidade e Ficção», e ainda Susan Brown, «Whitman as a Challenge»). Entre estes dois pólos se situaram uma alocução sobre «Black American Culture: Color, Class and Consciousness», pelo Professor Bernard Bell; uma reflexão ainda sobre a perda da «aura» benjaminiana na obra massificada (João Duarte, «A Obra e o Livro, ou a Questão da Literatura»); um contributo polémico para o problema da sublimação e do comprometimento, articulado com a discutível estruturação em obra aberta e fechada (Margarida Losa, «Escapismo, Empenhamento e Catarse»); presentes ainda a análise desmistificadora da assumida fruição do romance popular sentimental (Graça Abranches, «Um Passeio Doméstico: À Procura da Utopia num Espaço Cor-de-Rosa») e a teoria narrativa duma romancista de ficção científica (José Manuel Mota, «A Semente de Hain: Alteridade, Ecologia e Semiólogia em Ursula K. LeGuin»).

Ainda que profissionais da cultura sob a forma escrita, não se eximiram os participantes à discussão de outras manifestações de cultura popular ou massificada. Assim foi que fizeram parte dos trabalhos a projecção do filme «Catch 22», do realizador Mike Nichols, baseado no romance homónimo de Joseph Heller, com o respectivo debate ulterior, orientado por Steve Wilson, e uma comunicação, acompanhada de audições, sobre textos de música «folk» americana (Christopher Rollason, «Rock Music: Bob Dylan»).

Se algum defeito teve o convénio, foi o da sobrecarga, tantos os temas a tratar, as questões a levantar, a vontade de discutir, e tão pouco o tempo para isso. E esse mesmo facto foi sinal de que a APEAA preenche, cada vez mais, um lugar que se adequa às necessidades científicas e profissionais dos seus membros. O próximo encontro, aprazado para Fevereiro de 1984, em Braga, tendo por epígrafe «Literatura: Teoria — Educação» é já promessa da manutenção dessa orientação plurifacetada.

José Manuel Mota

SEMINÁRIO DE PROBLEMAS URBANOS
(Coimbra, Fevereiro de 1983)

«A preocupação inicial do urbanismo como 'coisa em si' vai-se transformando numa preocupação por todas as facetas do homem, a sociedade, a natureza, o pensamento, a ideologia, a produção, etc...» (D. Harvey)

Os problemas urbanos implicam dimensões de estudo cuja formulação se deverá equacionar em relação à sociedade a que dizem respeito. O seu estudo e resolução envolvem questões de método, de linguagem e de informação, mas também, e sobretudo questões de política. As relações com e entre as instâncias do político, a lógica da articulação dos poderes e a definição das prioridades da acção no modo de gerir o território são formas de manifestação do político. Os seus objectivos podem conduzir a inverter, atenuar ou acentuar as tendências em desenvolvimento segundo o livre curso das relações sócio-económicas com maior ou menor grau de enquadramento pela estrutura do Estado. Neles se articulam o grau de autonomia (maior ou menor) o grau de descentralização/centralização no exercício do(s) poder(es), como expressão da própria sociedade.

A indefinição das acções no sentido de obviar aos problemas que se põem às cidades de hoje, com especial incidência nos países dependentes, de fracos recursos económicos, onde, por consequência, mais se fazem sentir as repercussões de uma crise económica com alguns anos de duração, é um dos aspectos mais salientes na vida quotidiana das populações urbanas desses países.

Os problemas urbanos e a qualidade de vida estão na ordem do dia. Constituem preocupações importantes e urgentes quer a nível nacional, quer internacional. São diversos: um crescimento recente e não controlado das cidades que não se fixa apenas nas grandes áreas metropolitanas (ou nas grandes cidades) e que afecta também as médias e pequenas cidades; as carências de habitação, resultado da má gestão do sistema e ao mesmo tempo, de forma estrutural, do próprio sistema que gera a impossibilidade da sua resolução efectiva; os mecanismos de mercado que conduzem a preços muito elevados dos solos e, por vezes, à total impossibilidade de localizações nos locais mais adequados; o entesouramento e a especulação com o solo junto das áreas urbanas onde as carências são mais elevadas; a destruição selvagem de um pa-

trimónio histórico-cultural subjugado à ganância do lucro fácil da especulação imobiliária, e à sequente construção de imóveis «modernos» totalmente desintegrados; o desencontro e as contradições das instâncias dos poderes que intervêm nestes domínios.

Como noutras ocasiões para outros problemas, a CIUR (Comissão para a Investigação Urbana e Regional) promoveu um oportuno seminário sobre problemas urbanos.

«A realização de seminários, sobre problemáticas específicas com a participação de técnicos de organismos públicos e privados e outras individualidades ligadas àquelas problemáticas, pela troca de experiências, constitui um instrumento fundamental para a articulação dos diferentes estudos em curso e para a definição de novas áreas prioritárias de investigação». Este um dos objectivos dos seminários promovidos pela CIUR, conforme o documento enquadratório ao tema do seminário. *O Seminário sobre Problemas Urbanos* teve lugar em Coimbra de 22 a 25 de Fevereiro de 1983, com uma participação que ultrapassou as duas centenas de pessoas, e a ele foram apresentadas mais de duas dezenas de comunicações. Estas distribuíram-se um pouco desigualmente pelos três temas que foram definidos pela organização do Seminário, com evidência para o Tema II.

Os principais temas em torno dos quais foram organizadas as sessões eram os seguintes:

Tema I — Transformação dos Aglomerados Urbanos. Conceito da cidade, sua vivência e vitalização. Renovação dos centros urbanos. Formas de crescimento urbano, alternativas e avaliação.

Tema II — Políticas de Desenvolvimento e Planeamento Urbano para a década de 80. Coordenação das políticas sectoriais (económicas, sociais, energéticas, de recursos naturais) a nível do planeamento urbano. Estratégias alternativas de desenvolvimento urbano. Meios e instrumentos de intervenção e gestão.

Tema III — Estatísticas Urbanas. Conceitos, indicadores e métodos de análise necessários ao estabelecimento de bases estatísticas.

Como consequência do número de comunicações torna-se impossível referirmo-nos a todas elas, pelo que apontaremos aquelas que mais interessam à temática social e enunciaremos algumas das questões focadas de maior relevância. As comunicações focaram uma série de problemas, denotando diversas orientações e perspectivas, aliás naturais, se tivermos em conta a diversidade das formações e das práticas dos seus

autores. Por um lado, prevalece nalguns dos trabalhos apresentados uma incidência teórica conjugada com uma problemática social e política, enquanto por outro ressaltam trabalhos de natureza empírica de avaliação de casos.

No âmbito do Tema I, devemos referir as comunicações de Luz V. Pereira, «Os equipamentos colectivos e a transformação urbano-rural», de M. Emília Arroz, «Estrutura da área de emprego do centro urbano da Covilhã», de Ana Isabel Resende, «Evolução recente da ocupação do solo nalgumas freguesias da área metropolitana de Lisboa», de J. M. Farinha, «A pobreza urbana: o quarto mundo e o impacto da habitação», de M. Eugénia Cosmelli e M. Ermelinda Arede, «Integração social e realojamento de populações...», de A. Gama, Isabel Vieira, Emília Silva e Salette Costa, «Crescimento urbano e planeamento» e de M. Virgínia Almeida, «Perspectivas de crescimento dos centros inscritos numa hierarquia da rede urbana do Algarve». Ainda dentro deste tema, convém destacar uma comunicação sobre renovação urbana apresentada por Teresa Ventura e Jorge Silva — «Recuperação do centro histórico de Évora — fundamentação metodológica da intervenção».

As comunicações apresentadas no âmbito do Tema II, que foi o mais concorrido, ofereceram a possibilidade de um debate vivo e participado. Entre as diversas comunicações, destacamos as de C. V. Faria, «Significado social do planeamento urbano», de Isabel S. Lobo, «Economia subterrânea num contexto urbano: algumas hipóteses para a investigação», de V. Matias Ferreira, «O território urbano-metropolitano de Lisboa: Teses para uma intervenção político-urbanística», de M. L. Costa Lobo, «Políticas urbanísticas para a década de 80», de J. M. Henriques e A. J. Baptista, «Custos sociais no desenvolvimento urbano-metropolitano e financiamento dos municípios das áreas metropolitanas» e de J. C. Lemos, «Perspectivas demográficas no planeamento regional e urbano».

Por fim, o Tema III teve apenas duas comunicações: de M. L. Costa Lobo, «Estatísticas urbanas — disponibilidades de indicadores», e de J. M. Viegas, F. N. da Silva e C. B. Costa, «Inquérito à habitação no concelho da Amadora».

Nas intervenções ao longo do seminário, foram focados assuntos como o crescimento urbano e suas diversas implicações demográficas, sociais, políticas e técnicas, os problemas da renovação urbana e a conservação dos centros históricos, o problema da construção clandestina, as políticas de gestão e financiamento do território, o planeamento e a sua

ligação com os poderes e a sociedade, as políticas de planeamento, a participação das populações na organização do espaço, os movimentos sociais, etc.

Como balanço, e pelos assuntos abordados, poderemos concluir, como diz C. V. Faria, que «o que está em causa não é apenas o equilíbrio social da 'cidade', mas também o da região e o da própria sociedade». Contudo, «transformar a cidade e o campo, gerir o desenvolvimento de um município, é fundamentalmente desencadear e alimentar os processos e acções que permitam às populações reconhecer-se e realizar-se como comunidade, desenvolver a sua capacidade criadora e de trabalho na organização e realização de um quotidiano mais favorável» (M. L. V. Pereira). Aqui residem muitas das contradições com que se debatem as tentativas de intervenção no domínio dos problemas urbanos.

António Gama Mendes